

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II
PROFESSORA: ADRIANA FACINA
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

AVALIAÇÃO 3: Análise crítica da abordagem de um livro didático sobre qualquer tema das unidades II e III, confrontando com a bibliografia indicada. (2 pontos)
TEMA ESCOLHIDO: **As lutas de libertação nacional.**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nunca será demais afirmar que o conteúdo de qualquer material didático só pode ser considerado como adequado uma vez examinado o nível de conhecimento de cada um dos alunos para os quais será dirigido. É, portanto, tarefa árdua trabalhar com abstrações; no caso, a existência de uma turma onde todos possuam o mesmo nível de conhecimento e perfeitamente aptos à compreensão de determinado conteúdo histórico supostamente adequado¹.

Os livros didáticos não devem substituir os professores. Dito de outra forma, os livros didáticos devem ser guias, ou melhor, referências para que não se perca o fio da meada, digamos. Mas apenas isto! Somente isto! Nada mais do que isto! E mais: não devem ser obrigatórios... E mais ainda: não devemos nos submeter aos seus caprichos.

Feitas estas considerações, a presente análise buscará verificar:

- 1 – Se a lógica do texto permite compreender a influência do universal no local e vice-versa (história mundial e histórias nacionais);
- 2 – Se o que foi privilegiado no texto é, de fato, o mais importante;
- 3 – Se o texto é capaz de revelar que o processo histórico é produto de contradições de toda ordem (econômicas, políticas, sociais, culturais, etc.);
- 4 – Se são postas questões; e
- 5 – Se os exercícios propostos buscam produzir reflexões “filosóficas” ou apenas memorização pura e simples.

¹ Não é possível transformar uma realidade sem antes conhecê-la. “Apareceu então Paulo Freire apresentando a questão da educação como uma relação entre professor e aluno mediada pelo conteúdo. Dessa forma, o conteúdo não é absolutamente secundário nem é o ponto central; é o elemento que permite a relação educativa entre educador e educando. (...) Então o sujeito da educação não é só o aluno, mas é o aluno e o professor em relação, através do ou mediados pelo conteúdo (grifos meus)”. O *PROCESSO EDUCATIVO SEGUNDO PAULO FREIRE E PICHON-RIVIÈRE*; Seminário promovido pelo Instituto Pichon-Rivière de São Paulo; trecho de José Carlos Barreto; Vozes; 1987; p. 59. Como se vê, o conteúdo do livro didático deve se submeter às singularidades dos alunos; nunca o contrário.

A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E DA ÁSIA²

Depois das Grandes Navegações, a história das nações, dos continentes, das civilizações só é adequadamente compreendida quando consideradas como parte integrante de algo bem maior, a saber: a história universal. É, pois, antes de tudo, fundamental verificar se o texto transmite esta relação dialética entre o todo e a parte.³

Mas o todo é feito de partes, embora o todo não seja simplesmente a soma das partes. A qualidade do todo não é a soma das qualidades das partes. O todo tem a sua própria qualidade, qualitativamente diferente da mera soma das qualidades das partes. Parte do todo, aqui, seguramente é o imperialismo e suas contradições, sobretudo a Segunda Guerra Mundial. As partes, a história de cada uma das nações envolvidas na luta pela independência; histórias marcadas por domínios coloniais – em geral – despóticos, processos históricos que configuraram sociedades autoritárias e excludentes, na sua maioria. O todo é a compreensão dialética deste complexo sistema de relações. Nossa tarefa consiste em ajudar os alunos a construírem autonomamente esta compreensão.

Podemos começar um texto didático pelo todo, descendo até as partes. Podemos fazer o inverso. Há outras combinações como navegar pelo todo e pelas partes de acordo com uma narrativa criativa. São vários os caminhos, e igualmente válidos. O texto em análise permite este movimento, seguramente.⁴

“No entanto, será possível essa independência total (grifo meu) em um mundo marcado pela desigualdade, pelo desenvolvimento de um lado e o subdesenvolvimento de outro? Quando percebemos a forte dependência econômica dos países subdesenvolvidos do chamado Terceiro Mundo, a que conclusões podemos chegar?” (p. 332) Eis aí uma questão muito bem posta!!! A palavra “total” nos permite várias

² O presente trabalho pretende abordar criticamente o seguinte texto: Aquino, Rubim Santos Leão de; Alvarenga, Francisco Jacques Moreira de; Franco, Denize de Azevedo; Lopes, Oscar Guilherme Pahl Campos; *HISTÓRIA DAS SOCIEDADES - Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais*; Ao Livro Técnico; 1983; Capítulos 1 e 2 da Unidade IV; pp. 331-334. Cópia dos originais em anexo.

³ “*Los <objetos> no son propriamente objetos, o cosas aparte, sino <momentos> del todo, según Hegel, y considerados puramente em sí mismos, aislados, son <falsos>”.* “*La verdad es el todo [Hegel]*”. HIRSCHBERGER, J. (tradução espanhola); *De Descartes ao Idealismo*, Frankfurt, Universität Goethe, 1954, p. 227.

⁴ “Tal fenômeno, denominado *Descolonização*, ainda não acabado, apresenta duas faces: a primeira, em que as potências colonialistas, percebendo a necessidade de reduzir a opressão colonial, fizeram concessões políticas, por vezes permitindo o autogoverno e, até mesmo, a independência política; a segunda, em que os países afro-asiáticos lutam por uma verdadeira libertação, pela independência política e econômica e não apenas formal”. P. 332 do texto-base. Aqui temos uma análise multilateral: o todo e a parte. O texto-base é muito bom neste aspecto.

reflexões sobre a importância ou não da independência apenas política⁵. “E um país dependente economicamente pode ser livre em termos políticos?” (p. 332). Fantástica questão! Mas logo a seguir, uma pequena falha, a meu ver: “Claro que não!” (p. 333). Está conclusão, embora correta, poderia ficar no final, após o estudo de processos específicos de libertação colonial. Ao invés desta afirmação inicial categórica, vale dizer, um verdadeiro “banho de água fria” na questão posta, poderia, por exemplo, constar algum conselho para que os estudantes prestassem atenção aos processos específicos de descolonização atentando para as possibilidades ou não de libertação total sem a independência econômica.

Mas temos um outro problema aqui, e dos mais graves. Quando o texto aborda o conceito de independência, o faz desconsiderando completamente as contradições internas – sobretudo as de classe – das nações em luta. Passa a impressão de que a única contradição existente é entre o imperialismo e as nações em luta. Considera, pois, as nações como entidades não portadoras de contradições internas. Simplifica a questão, quando deveria torná-la mais complexa, como é – de fato – o mundo real. Qualquer processo histórico só pode ser compreendido na sua complexidade, e digo mais! Quanto mais complexa a análise, mais próxima está do real, embora nunca cheguemos totalmente a ele⁶. Portanto, enriquecer culturalmente um estudante de história é ensiná-lo a ver os processos na sua complexidade; é fazê-lo praticar tal exercício.

Há um sistema de relações muito bem redigido entre a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e o conseqüente enfraquecimento do imperialismo, processo fundamental – inclusive no despertar de alguns movimentos locais de industrialização substitutiva de importações - para a abertura de possibilidades políticas de libertação nacional.⁷

⁵ Considero um avanço a independência política, ainda que não acompanhada de independência econômica.

⁶ O real é infinito. “A <essência> das coisas ou a <substância> são também relativas; elas exprimem apenas o aprofundamento do conhecimento humano dos objectos, e se ontem este aprofundamento não ia além do átomo e hoje não vai além do electrão ou do éter, o materialismo dialético insiste no carácter temporário, relativo, aproximativo, de todos estes marcos do conhecimento da natureza pela ciência humana em progresso. O electrão é tão inesgotável como o átomo, a natureza é infinita (...)”. Lénine, *MATERIALISMO E EMPIRIOCRITICISMO*; Edições Progresso – Moscovo, Edições “Avante!” – Lisboa; 1982; p. 199.

⁷ “Devido à crise das metrópoles, as colônias haviam incrementado seu desenvolvimento econômico, o que contribuiu para uma progressiva tomada de consciência quanto à independência” (p. 333).

São ótimas as observações sobre os efeitos ideológicos da campanha contra o nazismo nos povos colonizados, que também – direta ou indiretamente – participaram da guerra.⁸

Lamentavelmente, quando insere a Guerra Fria na análise, peca – mais uma vez – pela simplificação. “Além disso, os *EUA* e, principalmente (odiei este *principalmente!!!*), a *URSS*, interessados em ampliar áreas de influência, afastando as antigas potências coloniais, *incentivaram os movimentos de libertação*” (p. 334). Que é impossível compreender algumas libertações nacionais sem inseri-las no contexto maior da Guerra Fria, isto é indiscutível. Mas, francamente, não se pode colocar no mesmo rol *EUA* e *URSS* sem que se faça ao menos alguns pequenos comentários. Primeiro: são dois sistemas sócio-econômicos muito diferentes (capitalismo, aquele; socialista – ainda que deformado -, este). Segundo porque quando no texto se lê “[*EUA e URSS*] *interessados em ampliar áreas de influência, afastando as antigas potências coloniais (grifo meu)*”, considera-se a *URSS* como uma potência colonial (é possível discutir isto, não se pode negar) **igual** às demais potências coloniais. Ora!!! Não é verdade!!! Não é justo do ponto de vista histórico!!!⁹

Uma das características fundamentais do imperialismo é a exploração do mundo via transnacionais. A *URSS*, salvo melhor juízo, não tinha transnacionais na forma como a concebemos, ou seja, bombas de sucção de mais-valia. Os autores – seguramente – demonstraram ter consciência das diferenças entre a *URSS* e os *EUA*, senão vejamos:

“E lá vieram os aviões bombardeando-nos (...) E vimos juntos as mesmas aldeias arruinadas, as mesmas populações em fuga perante as bombas, os mesmos mortos queimados pelo napalm, aquele mesmo

⁸ “A própria valorização dos movimentos democráticos e socialistas, fortalecidos na luta contra o fascismo, propagou-se nas colônias, onde muitos nativos, tendo lutado contra a opressão e a tirania, desejaram usufruir dos mesmos benefícios obtidos pelos vencedores” (p. 334).

⁹ O texto é de 1983, ano em que os horrores do stalinismo já tinham sido por demais divulgados. Isto pode ter induzido os autores a um erro de simplificação, até porque, no Brasil, estava em curso a luta pela redemocratização burguesa. Ainda que consideremos o regime soviético do período como imperialista, há diferenças com o imperialismo estadunidense. O que a *URSS* procurava alcançar era uma espécie de “espaço vital” (é claro que eram interesses geopolíticos, mas nem tanto econômicos) enquanto que ao imperialismo, acima de tudo, a exploração econômica. Não é uma afirmação conclusiva, evidentemente. Seria uma questão que poderia ser posta pelo texto, fomentando o debate, mesmo porque, mais importante do que apresentar conclusões – no ensino médio – é fazer com que os alunos aprendam a pensar historicamente. É impossível fazê-lo sem um processo de discussão coletiva. Ademais, como questões postas, a Revolução Cubana teria sido possível sem a ajuda da *URSS*? E qual era o inimigo principal dos cubanos? De que lado estava a *URSS* em Cuba ou no Vietnã? Do lado dos exploradores ou do lado dos explorados? A *URSS* tirou alguma vantagem econômica quando de sua ajuda à Cuba, na sua luta pela libertação sobretudo do jugo norte-americano? ...

guerrilheiro escaldado ao terceiro grau, mas mesmo assim vivo, as mesmas bombas feitas nos Estados Unidos da América, lançadas por aviões feitos na Alemanha Ocidental, equipados com rádios feitos na Grã-Bretanha, e as mesmas granadas lançadas de canhoneiras e fragatas feitas na França (p. 334; grifos meus)”.

Ora, cadê o nome da URSS? Cadê o nome da Alemanha Oriental como integrante que era do bloco soviético? EUA, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e França, todos capitalistas...¹⁰

A classificação, em linhas gerais, dos processos descolonizadores em dois grandes grupos, um mais conservador, mantida a dependência econômica, e outro mais radical, onde a vitória seria tanto econômica quanto política, parece-me feliz. (Seria interessante ler os itens 1 e 2 da pág. 334 do texto-base) No entanto, o item 2 da pág. 334 é filho legítimo do equívoco – já apontado aqui (p. 2 deste doc.) – quando tratei da desconsideração às contradições internas das nações. Como os autores enxergam as nações como corpos sem contradições internas, não podem explicar o porquê de em alguns países o processo de descolonização ter parado no campo político enquanto noutros o que se viu foi a libertação político-econômica. Não podem, por extensão, determinar os fatores causais da “opção” pelo anti-imperialismo e em direção ao socialismo. Sem os fatores causais, apelam para o acaso. Só o exame das contradições de classe de cada país poderia nos dar um quadro explicativo adequado. Nestas condições, apresentam o anti-imperialismo e a luta pelo socialismo como fatos sem muita conexão recíproca.¹¹

O Estado de bem-estar social foi aplicado na Europa capitalista como remédio preventivo contra revoluções socialistas, grosso modo. Uma questão interessante – que

¹⁰ Dizem que pior do que a mentira são as meio-verdades. Quando não se pode – ou não se quer - dizer tudo, pois que não se diga nada. O contrabando, se é crime no comércio de bens, deveria sê-lo também no comércio de idéias. “*Meu pai um dia me falou prá que eu nunca mentisse; mas ele se esqueceu de dizer a verdade*” (Mello, Branco; Fromer, Marcelo e Britto, Sérgio; Titãs - Acústico; 32 DENTES; WEA; 1997.

¹¹ Infelizmente, não cabe uma breve discussão sobre o anti-imperialismo e a opção socialista como partes de um mesmo processo, em muitos casos, e só explicáveis através de exames de estrutura de classe e estratificação social. Nos países em que a luta atingiu também a liberdade econômica, a correlação de forças era favorável aos setores subalternos e oprimidos, em detrimento de setores dominantes nativos vinculados ao imperialismo. Nos marcos do capitalismo periférico e dependente, só as transformações sócio-econômicas de caráter socialista podem resolver problemas seculares de exclusão social. Para as classes oprimidas, o socialismo não surge como mera opção mas como única alternativa fora da qual nenhuma solução para os problemas sociais é possível. Se a balança política é favorável aos setores subalternos e oprimidos, temos o anti-imperialismo que, inexoravelmente, impõe uma guerra civil com os setores nacionais-entreguistas, rumo ao socialismo. Se a balança é favorável às elites locais – associadas ao imperialismo - então temos uma independência apenas política, e esmagadas as classes insurgentes.

o texto não aborda – seria tentarmos estabelecer uma relação entre o Estado de bem-estar e o Estado de mal-estar social em que se viram mergulhadas as nações africanas e asiáticas. Teria sido o primeiro financiado pelo segundo? Poderíamos dizer que o Estado de bem-estar social europeu, uma vez financiado pelas nações colonizadas, teria produzido – em função de um “arrocho colonial” – revoluções sociais em outras áreas do globo?¹²

Os exercícios propostos prezam pela reflexão em detrimento da memorização. Podem ser melhorados, como tudo na vida, acrescentando-se novas questões sobre outros sistemas de relações. Contudo, a meu ver, estão de bom tamanho e muito bem postos.¹³

Concluindo, o texto pode ser considerado de acordo com a bibliografia indicada no curso, afora alguns ajustes, o que é natural em qualquer material de caráter didático.¹⁴

Evandro de Oliveira Machado

Em 29 de novembro de 2004.

¹² Se o Estado de bem-estar social pudesse ser levado à todo o globo, o capitalismo seria invencível; e o colonialismo também. Mas como tal não é possível, as revoluções são inevitáveis. A propósito, não tenho nenhum preconceito contra o uso do “se” nas discussões históricas. Muito pelo contrário, se usado adequadamente, o “se” pode nos levar a abstrações muito interessantes e enriquecedoras. “Se” vivêssemos num mundo onde só existisse o capitalismo, como ele seria? Eis aí o “se” responsável pelo conceito de “modo de produção” de Marx. Todo preconceito é danoso.

¹³ Página 348 do texto-base em anexo.

¹⁴ Ver, por exemplo, Linhares, Maria Yedda; *A LUTA CONTRA A METRÓPOLE (Ásia e África:1945-1975)*; Brasiliense; São Paulo; 1981.